

RUPTURA E TRANSIÇÃO À SOMBRA DAS ELITES

ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO PAPEL DA CONCILIAÇÃO DE CLASSES NO BRASIL

3

Clayton Emanuel Rodrigues*
Cleides Marques de Santana†

Resumo: A partir do método genealógico, compreendendo os discursos em análise como dispositivo concreto de contrafação a induzir práticas e condutas políticas determinadas, os interesses populares é contraditado pelo discurso da esquerda da ordem no período da redemocratização e, concomitantemente, vê-se o crescimento da religiosidade fundamentalista, a implicar crescimento das posições conservadoras na sociedade brasileira. Com um recorte entre 1964 e 2022, a hipótese de que a conciliação de classes foi o motor da redemocratização é escrutinada a partir das referências informativas contidas nos jornais da época, artigos e proposituras partidárias, produzindo nos grupos políticos em acordo os limites estratégicos de intervenção nos conflitos de classes e nas reformas sociais pós-ditadura militar, a induzir o reforço dos valores moralmente tradicionais. Neste artigo procuramos recuperar parte dos acontecimentos e das condições históricas passadas que cimentaram, ao longo das lutas sociais, uma posição política conservadora de parte da população e da esquerda brasileira, a partir de uma reflexão histórica, sociológica e política, e inferir as razões da guinada à extrema direita e à bipolaridade da política institucional brasileira, contemporaneamente.

Palavras-chave: ditadura militar; transição política; conciliação de classes; esquerda da ordem; bolsonarismo.

Abstract: From the genealogical method, which understands the discourses under analysis as concrete devices of counterfeiting that induce specific political practices and behaviors, popular interests are contradicted by the discourse of the "left of the order" during the period of redemocratization. Simultaneously, there is a rise in fundamentalist religiosity, which contributes to the growth of conservative positions within Brazilian society. Focusing on the period between 1964 and 2022, the hypothesis that class conciliation was the driving force behind the redemocratization process is scrutinized through informative references found in newspapers of the time, as well as in articles and party proposals. This examination reveals how the strategic limits of intervention in class conflicts and social reforms after the military dictatorship were shaped within political groups in agreement, ultimately reinforcing traditional moral values. In this article, we aim to recover part of the events and past historical conditions that, throughout social struggles, cemented a conservative political position among segments of the Brazilian population and the left, through historical, sociological, and political reflection. We also seek to infer

* Graduado em Direito pela UFSC, Mestre em Ciências Políticas pela Unicamp/FEUC – Universidade de Coimbra, Doutor em Sociologia pelo ICS da Universidade do Minho, docente de Ciência Política da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

† Graduada em Sociologia pela UFBA, Mestre em Sociologia pela UFPB, Doutora em Administração Pública pela UFBA, docente de Sociologia pela Universidade Federal do Oeste da Bahia.

the reasons behind the shift to the extreme right and the contemporary bipolarity of Brazilian institutional politics.

Keywords: military dictatorship; political transition; conciliation of classes; left of order; bolsonarismo.

1 INTRODUÇÃO

Não é possível entender o hoje sem recorrer ao ontem (Prado Jr.; Fernandes, 2000). A ultradireita brasileira de hoje é o resultado da política da conciliação de classes e dos valores de ontem.

Na luta contra a ditadura militar, a partir de 1964, as forças democráticas, a espelho de nosso passado colonial, preferiram a transição negociada à radicalidade ideológica e econômica estrutural do movimento de massas e definiram a luta institucional como estratégia, em oposição aos posicionamentos da esquerda radical que operava pela luta armada (Petras; Veltmeyer, 2003), deixando-se, então, como consequência, de questionar as bases econômicas e sociais em que se ergueram as desigualdades e os privilégios capitalistas, adotando-se tanto na esquerda, como entre os burgueses democratas, um discurso patriótico, nacional, desenvolvimentista e de conciliação de classes, com unidade política geral contra a ditadura e pela democracia, que tem lastro na história nacional de renegar os conflitos fundamentais da sociedade patriarcal, colonial e capitalista em um país periférico para as elites mundiais, ainda antes do advento da República.

Uma boa parte das pessoas com mais de 50 anos em 2022 e que se opõe à ultradireita brasileira tem saudade das reformas sociais da época de João Goulart e, paradoxalmente, nela não mais acredita nos dias de hoje.

O corpo da esquerda do capital jaz cremado no forno da conciliação. O desconforto da maioria da população opositora ao fascismo é ter de espiar os erros da esquerda da ordem com desilusão. Nenhuma reforma de fundo que atacasse de frente as desigualdades foram efetivadas, até porque as alianças e as táticas de governabilidades para se chegar ao topo – e lá se manter – da pirâmide do Estado capitalista incluiu a aliança política com o capital financeiro, industrial e agrário e com os países centrais, a título de elevar-se à condição de representante dos centros capitalistas na América Latina.

No contrapé da esquerda radical, os fiadores do governo da esquerda e dos donos do capital sempre foram as instituições, o parlamento e os parlamentares, as negociações partidárias, o senado e o poder judiciário. Ao povo, desorganizado, cabe esperar e cumprir o resultado das negociações entre as elites no poder e no governo. Sonharam como Dante e agiram como Pirro! Nenhuma efetiva estratégia de combate ao acúmulo de riqueza foi efetivada nos governos de centro-esquerda e esquerda, desde Fernando Henrique à Dilma, e ainda se justifica a aliança com o inimigo – o latifúndio e o sistema financeiro – como necessária à governabilidade, quando estes setores econômicos foram os que mais lucraram com as alianças estratégicas com os vermelhos. Por isso surpreendem-se e não entendem, como repete sistematicamente Lula, a razão de tanto ódio dos setores burgueses contra os governos do PT e as esquerdas partidárias da ordem. Esqueceram-se do fatal ódio e os antagônicos interesses entre as classes e sequer conseguiram perceber como as esquerdas da ordem europeias, que lhes servem de espelho, diminuem em seus países parte das diferenças e das desigualdades assombrando como piratas os territórios antes coloniais. É mesmo lá, no centro do capitalismo europeu, que a exploração das classes trabalhadoras não somente continua, como também se acentua como desigualdade e dominação dos países periféricos.

Em seu livro “O capital”, Piketty (2014) refere que as promessas do capitalismo de 100 anos atrás permanecem hoje como utópicas. O capitalismo não só não distribuiu as riquezas como a mão invisível do mercado (Smith, 1770) tornou o mundo mais injusto, mais desigual e mais infeliz e com mais guerras. Nesse sentido, o capitalismo foi uma aposta equivocada da humanidade e o progresso e desenvolvimento ficaram nas mãos das elites, enquanto para os mais pobres a vida tornou-se igual ou pior do que nos anos de 1850.

O capitalismo soube armar-se de instrumentos de dominação e produção de verdades capazes de convencer os novos escravos do capital de que a iniquidade não é permanente, um estamento, já que depende do mérito próprio a escalada na escada íngreme da mobilidade social (Rodrigues, 2022) para ter-se acesso ao cume de riqueza, tornando cada um e cada qual, isoladamente, culpados pela suas próprias misérias, independente das condições sociais e específicas que impedem os pés de subirem nos degraus e os impelem para abaixo do subsolo, a sete palmos atolados na lama da miserabilidade (Holloway, 2019).

A performance do capitalismo brasileiro e seus movimentos políticos têm o gene escravista e colonial tanto em sua formação socioeconômica quanto republicana. Seu desenvolvimento é marcado economicamente pela pirataria, pelo caráter predatório e impermanente de sua exploração econômica (Furtado, 2003; Prado Jr., 1966); na República, por golpes e acordos entre as elites, com vocação para ceder diante do inimigo poderoso, produzindo uma soberania subalterna e racializada, negociada com o opressor, como na independência do Brasil (1822), quando o próprio príncipe português do império colonial outorga a independência, bem como a constituição imperial (1824) para tornar-se, ele próprio, Imperador do Brasil; ou na abolição da escravatura, pela indenização aos donos de escravos e a manutenção dos escravos em estado de miséria e trabalhando sob a tutela de seus ex-donos; ou no fim explícito da ditadura militar, pela presença do *pátrio poder* dos próprios militares nas garantias e na razão negociada de sua existência tutelar, ao qual nos debruçaremos em análise. A mesma negociação por cima deu no golpe de Estado getulista, incorporando às suas fileiras antigos membros do tenentismo com acordos e coalizões definidos pelos interesses regionais capitaneados por militares, grandes fazendeiros e as elites econômicas burguesas nos estados. A Revolução Farroupilha, que reunia as elites do sul do Rio Grande do Sul, depois de 10 anos de luta, cedeu ao império em um grande acordo que incluía anistia aos fazendeiros rebeldes (Costa, 1999).

Mas as elites brasileiras tiveram sempre como *leitmotiv* a ideia de que “a mão que afaga é a mesma que apedreja”^[1]. Com o aço das baionetas e o tilintar das moedas, as elites torturaram e assassinaram todos os componentes dos movimentos de periféricos, de pobres e de negros rebelados contra os interesses da aliança agrária-burguesa-militar. Tiradentes e Frei Caneca tiveram suas cabeças arrancadas do corpo e expostas nas ruas, nas estradas de terra do sertão nordestino, assim como Zumbi de Palmares e, mesmo, Lampião, que enfrentou o tenentismo de Prestes, teve sua cabeça exposta, como Herodes expôs a de João Batista.

Na ditadura militar, de 1964 a 1988, os militares esconderam os corpos dos guerrilheiros mortos e despedaçados, quando não os queimaram nas fornalhas de empresas e dos governos federal, estaduais e municipais, sabe-se lá se vivos ainda. Aqueles que não fizeram o que as elites cívicas militares quiseram,

tiveram fins trágicos, violentos e cruéis. Essa crueldade das elites foi assimilada pela oposição legal e a tornou refém do medo e do casuísmo, do contrato leonino com os militares; ficou refém militar a própria liberdade. Lembremos que, antes do golpe militar, os militares impuseram o senador Tancredo Neves como primeiro-ministro (1960–1962) no único período parlamentarista após a renúncia de Jânio Quadros, depois da tentativa fracassada de golpe contra a posse como presidente de João Goulart, considerado comunista. Por fim, Jango foi empossado pela resistência civil armada, chamada de movimento pela legalidade, cujos principais resistentes foram Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul (Silva, 2015), e o Marechal Lott, militar legalista, acabando com o parlamentarismo em 1962. Pouco depois, houve o golpe militar de 1º de abril de 1964, que depôs Jango e acabou com as chamadas reformas de base, que objetivavam modernizar o capitalismo brasileiro e fazer a reforma agrária, o que posicionaria o governo de Jango contra os interesses conservadores dos coroneis e famílias das grandes e pequenas cidades e dos latifúndios do interior do país. Todos os opositores foram presos e exilados pelo General Castelo Branco, que assumia a presidência como chefe da junta militar golpista (Rezende, 2013).

Com Costa e Silva, comandando a junta militar, veio o AI-5, em 1968, e entramos na mais tenebrosa e cruel fase da história da República, quando a tortura e a morte de quaisquer desobedientes viraram normas e a censura, regra editorial dos periódicos, rádios e TV (Reimão, 2014). As resistências armadas e civis vieram das guerrilhas urbanas (Ângelo, 2012; Hur, 2013), do movimento estudantil e das artes (Del Roio, 1997). Os guerrilheiros foram mortos ou presos (Brasil, 2017); a União Nacional dos Estudantes (UNE), tornada clandestina e seus líderes presos (Sanfelice, 2015); os festivais da canção, os únicos a resistir mais tempo, tiveram várias músicas censuradas e compositores presos ou exilados até serem extintos da programação televisiva (Napolitano, 2004).

Assim, como justificativa, a primeira parte deste artigo examina o passado político que norteou e possibilitou o poder civil depois do golpe de 64, a partir das garantias do poder militar em uma negociação às escuras entre as elites do poder e a oposição consentida, com o compromisso tácito da esquerda da ordem, às escuras, porém muito claramente detectável. A segunda parte considera o choque entre os movimentos populares e os partidos institucionais e clandestinos na luta contra a ditadura militar; e a terceira, o deslocamento

para o centro pela esquerda e o deslocamento do centro-esquerda para a direita, depois da constituinte de 1986 e, por final, o processo de continuidade das políticas desenvolvimentistas burguesas liberais e neoliberais praticadas pelos partidos de matiz de esquerda no poder e a manutenção das políticas conservadoras subjetivas dos costumes, sem mexer na economia capitalista e produzindo políticas públicas pendulares de governo. Fertilizou-se, assim, a terra para o crescimento dos valores conservadores subjetivos, capturados pela extrema-direita a partir de 2014, particularmente entre os anos 2018–22, quando a ultradireita assume o poder de Estado com o discurso antissistema, antipolítico, falso moralista, como de resto tem sido a prática histórica fascista e neofascista.

2 OS DANOS DA CRISE DOS ANOS DE 1970: O MOVIMENTO DOS DEBAIXO

Todo esse conjunto de históricos acordos por cima corre concomitantemente às lutas dos explorados e trabalhadores por baixo desde a metade dos anos de 1970, particularmente depois das mortes de Manuel Fiel Filho e Vladimir Herzog. As greves dos metalúrgicos do ABC, dos professores ligados à Apeoesp em São Paulo, dos metalúrgicos de Osasco, bancários, entre outras categorias, no período de 1976 a 1980, recolocava as classes trabalhadoras no centro da luta contra a ditadura militar, já que os sindicatos tiveram suas diretorias substituídas compulsoriamente por dirigentes apoiadores do regime autoritário, como uma das primeiras medidas do golpe. Interessante o verbete da FGV sobre o período ao afirmar que

a vitória dos operários do ABC abriu uma alternativa não só para os trabalhadores urbanos de São Paulo e Osasco, que se mobilizaram em junho, mas também para outros setores da sociedade, entre os quais os bancários (em greve na capital paulista em setembro), os médicos e os assalariados ligados ao estado. A greve de maio de 1978 foi também importante, pois, no seu desenrolar, se deram várias experiências ligadas aos grupos de base ou comissões de fábrica, muitas vezes responsáveis pela deflagração e direção do próprio movimento. Alguns acordos se deram até informalmente, sem a participação do sindicato (Greve, 2009).

Isso acaba por demonstrar que a forma de organização da greve dos metalúrgicos partia das bases, de forma horizontal, organizava-se em comissões de fábricas, lembrando as formas de organização dos sindicalistas anarquistas no primeiro terço do século 20, quando foi criada a Confederação Operária Brasileira (COB), uma espécie de central sindical, composta por “grupos operários locais, sindicatos e até seções isoladas das fábricas” (Gianotti, 2007 *apud* Meireiros, 2013, p. 8). Mesmo a Apeoesp viu nascer, em 1978, um movimento de professores que se auto-organizava como comissão aberta:

a Comissão Aberta realiza uma assembleia geral em agosto, com mais de dois mil professores, deflagrando a primeira greve dos professores a partir do dia 19 de agosto, sem a participação da Diretoria da APEOESP. A greve durou 24 dias. A principal reivindicação era a de um reajuste salarial de 20%, que acabou sendo conquistado. A greve repercutiu em todo o Estado (APEOESP, 2021).

Nessa ambiência, “A Polícia Federal proibiu as emissoras de rádio e de televisão de noticiarem a paralisação” (APEOESP, 2021). Os bancários viram sua greve de 1979 se transformar numa guerra no centro de São Paulo. A diretoria do sindicato condena a manifestação e é inocentada pelo diretor do DEOPS (Departamento de Ordem Política e Social), Romeu Tuma:

[. . .] os bancários não tiveram culpa pelas depredações, todo mundo na Secretaria de Segurança Pública reconhece [. . .] delegado Romeu Tuma inocentava a diretoria do Sindicato dos Bancários: – O presidente do sindicato estava tão preocupado quanto nós – esclarecia o delegado. Ele foi pessoalmente à Delegacia Regional do Trabalho deixar claro que não tinha nada a ver com aquilo tudo (Fon, 1979, p. 5).

O jornal A República continua:

esse pessoal que não tinha nada de bancário, pelo menos aparentemente, começava, lá pelas 13,30 horas, a armar as primeiras barricadas, na região do triângulo bancário. Empurravam enormes vasos de plantas, pesados, para o centro do calçadão, dificultando a passagem das viaturas (Fon, 1979, p. 5).

O fato é que a disposição de negociação das elites com o governo militar não encontrava eco entre os trabalhadores e a população pobre de São Paulo. A luta só terminou depois das 20 horas daquele dia (Leoni, 2004). Foi um dia

inteiro de enfrentamento entre as forças militares, inclusive forças do exército, e a população.

Os trabalhadores urbanos haviam retomado suas lutas, porém, logo os diretores dos Sindicatos, mesmo os do ABC que representavam o denominado novo sindicalismo, ligados aos partidos de esquerda e compromissados com a saída negociada, ainda que dela não participem diretamente, mantiveram-se nos limites definidos pela ordem militar e perceberam a gravidade, para o poder sindical hierárquico, para os partidos e para os militares, da existência das comissões de fábricas, de caráter autônomo e horizontal, então foram enfrentadas, estranguladas em suas ações e incorporadas à força na instituição sindical para logo desaparecerem como forma de organização proletária autônoma. Mesmo Florestan Fernandes, ligado à esquerda da ordem, relata uma posição negadora do papel dos trabalhadores. Diz ele:

Há um certo revolucionarismo subjetivo que conduz muitos militantes socialistas e comunistas (eu acrescentaria também os partidos à esquerda da ordem) a considerar como não importante o espaço que a classe trabalhadora possa dispor para se afirmar de uma forma independente, em termos de garantias jurídicas e políticas (Fernandes, 1986b, p. 95).

A título de demonstração da importância das Comissões de Fábricas como oposição ao sistema da hierarquia sindical, reporto a transcrição de Medeiros (2013, p. 6) sobre a pesquisa de Jácome Rodrigues em duas Comissões de Fábrica de São Paulo, que mostram a capacidade de aglutinação operária que tinham

após o ressurgimento do movimento sindical naquele estado, com as greves dos metalúrgicos do ABC e da capital paulista em 1978, no fenômeno que ficou conhecido como *novo sindicalismo* (Rodrigues, 1990, p. 40–41). As duas foram criadas por operários metalúrgicos, uma em São Bernardo do Campo e a outra na cidade de São Paulo. Esta com 3.500 trabalhadores, aquela com cerca de 13 mil.

As comissões de fábricas tornaram-se reduto das comunidades eclesiais de base através das pastorais operárias, oposição cristã (Boito Junior *et al.*, 1991), e dos anarquistas, que faziam oposição à negociação da transição entre as elites e os militares.

No campo, as pastorais da terra elevaram a luta dos boias-frias às formas organizativas e os trabalhadores boias-frias de Ribeirão Preto-SP radicalizaram a luta contra os latifúndios. Surge em seguida, no mesmo ano, o MST, no Sul do país, que aprofunda, ao menos quando surge, a distância entre os interesses das elites partidárias de oposição e os interesses dos trabalhadores no campo. Apesar disso, sem alternativa radical de luta autônoma, as organizações sociais dos trabalhadores do campo e da cidade, pouco a pouco vão ajeitando suas posições políticas aos interesses capitaneados pelos opositores que, de uma forma ou de outra, apoiam a chamada “Nova República”, criticada por Florestan (1986a, 1986b).

3 OPOSIÇÃO E INTEGRAÇÃO OBEDIENTE AO SISTEMA POLÍTICO MILITAR

O posicionamento comedido sobre o adiamento das eleições de 1980 demonstrava que as esquerdas oficiais (dentro do Movimento Democrático Brasileiro - MDB), embora se encontrassem contra uma ou outra questão, sempre dariam quórum às votações no parlamento, sempre participariam e respeitariam as decisões, ainda que as rejeitassem no voto, ainda que elas fossem contra os mais fundamentais interesses das classes trabalhadoras. Manter a ordem era mais importante do que a ditadura. O caminho sedimentado era de obediência aos parâmetros orquestrados pelas FFAA. Aceitava-se a tutela, imaginava-se e entendia-se que estar dentro da ordem do processo brasileiro era não somente um meio para a “ordem e o progresso”, mas um fim em si mesmo. Abria-se mão da luta contra o capital, e a obediência à ordem passou ao estatuto de garantia das políticas reformistas no e pelo Estado, dentro da ordem do capital.

A luta resumia-se, desde então, às negociações por cima e à disputa da opinião pública censurada, que passava a ser o objetivo de conquista dos partidos, a fim de galgar os poderes constituídos naqueles abertos aos processos eleitorais diretos e indiretos e, claro, aos cargos públicos, que significavam lugares de poder, ainda que sem plena liberdade e com uma imprensa concentrada nas enormes unhas dos grandes capitalistas apoiadores de primeira hora da ditadura militar, mostrando que uma interpretação oportunista de Gramsci, através do “entrismo”, servia bem aos interesses da esquerda oficial e das elites. Por baixo, a pressão dos movimentos sociais funcionava como aceleração e frenagem às mudanças.

Segundo essa linha alternativa, a explicação da abertura reside na confluência de duas dinâmicas básicas: uma dinâmica de negociação e de pacto conduzida pelas elites e uma dinâmica de pressões e demandas irradiadas da sociedade. Estas duas lógicas articulam-se através da atuação das organizações políticas e dos movimentos sociais. Desta forma, a análise deve contemplar tanto os esforços inovadores das elites dirigentes para a preservação de seu poder, quanto a capacidade de resistência da sociedade civil (Diniz, 1986, p. 66).

O movimento dos trabalhadores levou o governo militar ao limite da deslegitimação. Já, em 1982, com grave crise de desemprego, com inflação chegando à casa dos 100%, os movimentos de desempregados assustam as elites: saques a supermercados, invasão da sede do governo Estadual de São Paulo, greve dos professores. Ao contrário do que se esperava, as eleições de 1982, com vitória geral da oposição, não amenizam a crise: cresce o número de grevistas e, nomeadamente, semanas antes da votação da emenda das Diretas Já, em 1984, a mobilização popular se espalha por todos os rincões, particularmente para as periferias e cidades do interior:

A crise provocou uma ascensão das mobilizações populares. O auge aconteceu nas semanas que antecederam a votação da emenda do deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT), em fins de abril de 1984. A medida estabelecia a realização de eleições diretas para presidente da República. O país foi tomado de norte a sul por maciços atos de protesto. Os mais importantes aconteceram no Rio de Janeiro, com a presença de um milhão de pessoas, e em São Paulo, que contou com 1,5 milhão de participantes. Apesar de a emenda não ter sido aprovada, as mobilizações prosseguiram em greves gerais, inúmeras paralisações localizadas e na grande pressão para a aprovação de emendas populares – algo inédito – na Constituinte, instalada em 1987 (Marangoni, 2012).

O movimento popular pelas *diretas já* não visava à votação da emenda Dante de Oliveira. As ruas se encheram de esperança para o fim da ditadura, a queda de todo governo cívico-militar.

[...] a campanha pelas eleições diretas que, de novembro de 1983 a abril de 1984, incendiou o país. Foram realizados cerca de 50 grandes comícios, iniciados pelo comício realizado no estádio do Pacaembu, em

São Paulo, no dia 27 de novembro de 1983, e que reuniu 15 mil pessoas, e terminados de forma apoteótica com 1 milhão de manifestantes no comício da Candelária, no Rio de Janeiro, no dia 10 de abril de 1984, e 1 milhão e meio de pessoas no comício do Anhangabaú, em São Paulo, no dia 16 de abril de 1984 [...] 80% dos municípios do país teriam presenciado manifestações em favor das diretas, o que equivale a cerca de 4 mil comícios (cf. Leonelli e Oliveira, 2004, p. 362). Os depoimentos e as análises sobre aquele período frequentemente ressaltam o clima de otimismo, quase de euforia, que tomava conta dos participantes dos comícios, como se o país tivesse passado por uma catarse política (Comparato, 2014, p. 159).

Tratava-se de um movimento contra todos os prefeitos indicados, os senadores biônicos do golpe de abril e pelo restabelecimento da democracia pela via de uma constituinte originária, soberana, eleita para esse fim. Era a propositura do fim do pacto das elites, do fim do regime militar que as ruas clamavam de sul a norte do país.

4 A TRANSIÇÃO NEGOCIADA DO REGIME MILITAR CONSERVADOR PARA A DEMOCRACIA CONSERVADORA

A denominada Nova República tem seu início nos anos de 1980. Em 1984, um grande movimento social se instalou no país exigindo eleições diretas e ficou conhecido como “*Diretas Já*” (Fernandes, 1986b, 2006). Às “diretas já” acorreram amplos setores da sociedade, reunindo diversos segmentos das classes burguesas radicais, classes médias e trabalhadoras para a ruptura com a ditadura, porém setores burgueses com interesse de vencer a ditadura dentro das regras do jogo, quer dizer, a partir de uma decisão legal do Congresso Nacional, caso não se votasse favorável à Emenda Constitucional (PEC) n. 2, de Dante de Oliveira, que preconizava eleições “livres” e diretas para presidente da República, preparava-se para participar do Colégio Eleitoral, nome dado à via indireta, formalizada no Congresso Nacional. Ironicamente, no dia 25 de abril de 1984, marco decenal da Revolução dos Cravos, em Portugal, as *diretas já* é derrotada.

O movimento de massa, entretanto, não estava em sintonia com as lideranças partidárias e de governos locais de oposição; queriam mais do que esperar que o Congresso Nacional lhe favorecesse, pois esse mesmo congresso fora cúmplice da repressão política e tinha apoiado, até então, todas as medidas de exceção, todas os decretos econômicos e sociais que aprofundavam as desigualdades, a pobreza e a dispensa da participação popular no poder político. O interesse de ruptura radical com a ditadura ilegal não era seguido pelos líderes partidários, inclusive das esquerdas, que estavam aquém dos interesses das massas, como analisaria Fernandes (2009, p. 124):

duas coisas se evidenciam como fatos claros e irretorquíveis. Primeiro, as vaias e os aplausos que interessam, que alcançaram os nossos, salientam algo crucial: a massa politicamente ativa não encontra campeões integrais ou os campeões, quando eles vão ao fundo de sua fala, ficam aquém das posições da mesma massa. Os ritmos da revolução democrática estão desigualmente distribuídos: a radicalidade não passa pela linguagem dos políticos, mas pela disposição das massas em ir ao combate com eles *apesar de tudo*.

Ao correr risco do fim abrupto do pacto da transição por iniciativa popular, pelo fervor das ruas, as elites trataram de vincular o movimento à votação da emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional. Com isso, esperavam conter as manifestações e recolocar os poderes constituídos na ofensiva. Sarney, líder do governo militar no Congresso, sairia do PDS (Partido Democrático Social) e montaria a Frente Liberal, precursora da Aliança Democrática, que concorreria ao colégio eleitoral junto com Tancredo Neves, da ala conservadora do PMDB, a sepultar o movimento social e dar uma saída constitucional à transição do poder militar para o civil, com a unidade entre oposição e situação na mesma frente. Aliança Democrática é a sedimentação do acordo entre as elites e militares que levam dois políticos liberais conservadores, ambos civis, a sentarem no topo do governo civil para iniciar o processo de contenção política, gradual liberação dos direitos civis e eleição de um Congresso Constituinte derivado, em vez de uma constituinte originária, para não colocar em risco o poder do Estado. Ao contrário, mantém-se toda estrutura administrativa e policial repressora, todo arcabouço da ideologia da segurança nacional que organizou o Estado militarizado (Fernandes, 1986a).

Em 8 de janeiro de 1985, a poucos dias da reunião do Colégio Eleitoral, Ulysses Guimarães entregaria ao candidato Tancredo Neves o plano de governo da Aliança Democrática, intitulado “Nova República”. Nele, estavam previstas eleições diretas nas capitais em 1985 e eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte em 1986²⁴. No discurso em que lançou a Nova República, proclamaria Tancredo: “Ela será iluminada pelo futuro Poder Constituinte, que, eleito em 1986, substituirá as malogradas instituições atuais por uma Constituição que situe o Brasil em seu tempo” (Rocha, 2013, p. 53).

A intitulada Nova República já nasceu com, pelos menos, 21 anos e com estrelas nos ombros. Dá-se, então, início à segunda fase do acordo: evitar a radicalização. Para tanto, é necessário dominar o cavalo selvagem dos movimentos sociais através de sua incorporação à normatividade institucional, pela via do voto, isto é, compromissá-los com as eleições.

5 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESQUERDA E CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS

As consequências à esquerda por ter-se aceito, explicitamente ou por omissão, a articulação das elites contra o movimento de derrubada da ditadura não tardou. Deputados do PT votam no colégio eleitoral e são expulsos; o PCB racha ao meio em razão do apoio a Tancredo Neves (Pereira, 2007); o antes guerrilheiro Movimento Revolucionário Oito de Outubro, MR-8, perde a maioria de seus militantes e praticamente some do movimento social em razão do mesmo apoio. Os anos 90 marcariam a revisão pela grande maioria dos partidos de esquerda do seu caráter subversivo e revolucionário, da crítica à “democracia burguesa” para incorporar o sentimento democrático como universal e o respeito à arena constitucional como fundamento para as reformas socializantes. A resolução do VII Encontro Nacional do PT ilustra bem a revisão de toda a esquerda nacional:

Na raiz do nosso projeto partidário está, justamente, a ambição de fazer do Brasil uma democracia digna desse nome. Porque a democracia tem, para o PT, um valor estratégico. Para nós, ela é, a um só tempo, meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada. Aprendemos na própria carne que a burguesia não tem verdadeiro

compromisso histórico com a democracia. A relação das elites dominantes com a democracia é puramente tática, elas se socorrem da via democrática quando, pragmaticamente, lhes convém. Na verdade, a democracia interessa sobretudo aos trabalhadores e às massas populares. Ela é imprescindível, hoje, para aprofundar suas conquistas materiais e políticas. Será fundamental para a superação da sociedade injusta e opressiva em que vivemos. Assim como será decisiva, no futuro, a instituição de uma democracia qualitativamente superior, para assegurar que as maiorias sociais de fato governem a sociedade socialista pela qual lutamos (Brandão, 2003, p. 135).

Há um aprofundamento da distância entre partidos, eleitores e movimento social, à semelhança do que se passa entre trabalhadores, sindicalizados e as organizações sindicais. As direções sindicais, na medida em que tendem a se afastar do discurso rebelde para outro que visa a resultados, assumem a gestão negociada como padrão de resolução da crise entre capital e trabalho dentro das empresas e, em seguida, adicionam a esse discurso a defesa partidarizada dos governos de esquerda. O afastamento da tese de autonomia sindical frente a partidos e governos cria um fosso entre o conjunto dos trabalhadores e o discurso dos sindicatos e, de igual modo, ocorre o afastamento entre as bases dos movimentos sociais e os partidos da esquerda da ordem, nomeadamente o PT, a partir de sua inserção na institucionalidade eleitoral:

O Partido dos Trabalhadores guarda resquícios do seu passado socialista, segundo a análise de Singer (2010), mas sua conotação radical esvaziou-se e o partido cedeu a pressões do status quo. Em perspectiva comparada, o PT é considerado parte da esquerda sul-americana moderada. Para Kenneth Roberts (2007), o partido compõe a “esquerda partidária institucionalizada”, essa vertente esquerdista teria passado por uma contínua moderação e transformação ideológica. Saiegh (2015) estimou o posicionamento ideológico de diversos partidos da América Latina em uma única escala. Na estimação do autor, o PT é localizado na centro-esquerda, próximo a partidos chilenos como o Partido pela Democracia e o Partido Demócrata Cristão, distante de partidos mais à esquerda como a Frente Ampla no Uruguai e o Movimento ao Socialismo na Bolívia (Saiegh, 2015, p. 377). (Ribeiro; Mendes, 2019, p. 165).

Nessa direção e demonstrando o deslocamento dos partidos da esquerda da ordem em relação ao movimento das massas proletária, populares e periféricas, no jornal “Voz da Unidade”, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de janeiro de 1984, o Comitê Central escrevia o seguinte sobre as tarefas daquele ano: “Em termos simples: unir e ampliar as forças democráticas, mobilizar para a negociação que propicie a conquista de uma ordem democrática e a retomada do desenvolvimento” (Voz da Unidade, n. 184 [jan] e n. 189 [fev]) (Aveline, 1984), e, para isso, era preciso conter o movimento de massas que buscava a ruptura. O Voz da Unidade seguinte, o de nº 190, estampa na página 5 uma foto de Aureliano Chaves, então Vice-Presidente do Regime Militar, com fartos elogios a ele e a Marco Maciel, Senador, e um dos articuladores políticos pelo PDS (Partido Democrático Social), braço civil da ditadura militar. No jornal nº 196, de 4 a 7 de abril de 1984, o editorial define claramente seu posicionamento pela negociação (leia-se Colégio Eleitoral) e afirma que é tarefa dos comunistas “recusar qualquer tentação de confronto, quer pelo fato de este favorecer o jogo do regime, quer pela razão de ele impedir o alargamento da frente” e que “a proposta de uma greve geral para o dia 25, é preciso dizê-lo, não soma para o nosso campo: [...] afasta dos democratas segmentos que, neutralizados, adicionam forças às manobras do regime”. E completa: “o dia 25 de abril deve ser uma jornada de vigilância cívica [...] não pode ser o terreno para que as melhores das intenções de combate se transformem em causas de isolamento e fracasso” (Voz da Unidade, n. 184 [jan] e n. 189 [fev]) (Aveline, 1984).

Os maoístas do Partido Comunista do Brasil apostavam suas fichas na disposição do governador do estado, eleito em 1982, Franco Montoro (MDB), para ter uma atuação mais firme e apoio efetivo para as passeatas de rua: liberar metrô, trens e ônibus gratuitos para as massas acorrerem ao ato público. Já que lhes faltavam inserção na classe operária, apelavam para o poder instituído no Estado para liderar e liberar os servidores públicos estaduais para o ato de São Paulo:

A vitória da Emenda Dante de Oliveira ficou mais próxima [...]. Espera-se que a passeata de São Paulo dê outro golpe mortal nas tramas da ditadura. Mas, para isso, até segunda-feira, terá que ser vencida a timidez do governo estadual (Tribuna da Luta Operária, Ano V, nº 163, p. 1) (Balelas [...], 1984).

Mas aquilo que parecia dar crédito à população logo se transforma em apoio institucional a Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. As manchetes da Tribuna da Luta Operária são: o nº 191 (29/10/1984) diz “Tancredo sai na frente no Colégio” (Tancredo [...], 1984) e o nº 193 (12.11.1984) menciona: “Nação alerta para garantir Tancredo na presidência” (Nação [...], 1984). Não deixam dúvidas quanto à pacificação social como mote desse setor da esquerda na frente ampla que participa do Colégio eleitoral^[2]. “Logo após a vitória de Tancredo, o Partido Comunista do Brasil (PC do B) fez uma análise positiva do resultado. Em primeiro lugar, destacou que a eleição, ainda que indireta, colocara fim ao regime militar, o que não teria sido possível sem a mobilização popular” (Sales, 2008, p. 243), mas o movimento por cima pela via do colégio eleitoral e da Assembleia Constituinte não apenas derrota o movimento de massas mais radical, como o torna refém da institucionalidade. Retoma-se a iniciativa do movimento dos de cima.

A maioria da esquerda clandestina aceitou a negociação por cima para participação no Colégio Eleitoral e o posicionamento de não participação do Partido do Trabalhadores (PT), ao aparecer como rejeição, fora acompanhado de uma aceitação implícita do resultado, que legitimava, na sua forma legal, a designada “Nova República”. O PT, com tal posicionamento diferenciado no campo das esquerdas, busca ficar livre para fazer oposição à aliança conservadora representada pelo Governo José Sarney, depois da morte de Tancredo Neves.

As esquerdas da ordem, em geral, ao aceitarem participar tanto das eleições do Congresso Constituinte (que em nada se parecia com uma Constituinte livre e soberana que inspirava as lutas populares), quanto das eleições municipais de 1985, põem uma pá de cal nas pretensões populares e deslocam o movimento social massivo de oposição das ruas para o campo legal, configurando uma espécie de indicação para os setores conservadores e para os militares de que a esquerda estava disposta a seguir no caminho da oposição legal, dentro dos marcos da institucionalidade “democrática”, assinando tacitamente o acordo que garantia a transição pacífica do regime militar para o civil.

Não era rara a existência de um movimento de aceitação tácita negociada diretamente com os militares, como foi a Eleição do Colégio Eleitoral de 1984. Era o seguimento de 1979, quando a anistia geral e irrestrita tornara-se anistia restrita e extensiva aos militares torturadores^[3] e, ainda

assim, fora proclamada pela oposição burguesa e pela esquerda como vitória do “Movimento pela Anistia”. Quer dizer que a frase “Em política, só pode o que pode e só pode quem pode”, dita por Tancredo Neves, citado por Mauro Santayana, concretizava-se: diante de nenhuma anistia, alguma anistia, ainda que incluísse os torturadores. Segundo Del Porto (2009, p. 58), “no processo de construção da anistia estavam presentes, em tensão, duas dinâmicas – o tempo institucional e a ‘lógica solidarística’, essa última própria do campo ético-político ‘movimentalista’”. Importante afirmar que “essas dinâmicas são indissociáveis para entender a construção da anistia como afirmação da ‘cultura de direitos’”. E esse foi o discurso de anistia recorrente que permitiu, por exemplo, que Bolsonaro pudesse elogiar publicamente o conhecido torturador General Carlos Alberto Brilhante Ustra, sem que sobre ele recaísse alguma punição. Afinal, Ustra estava anistiado de seus crimes como estavam José Genoíno e Dilma Rousseff, efetivamente igualados.

De forma semelhante, a transformação da Constituinte livre e soberana em um Congresso Constituinte que não rompesse ou deixasse em suspenso a ordem institucional existente fez parte da negociação para a transição lenta e gradual do regime militar para uma democracia tutelada pelos militares, que ficaria ainda mais clara com a promulgação da nova Carta Magna de 1988, que, em seu art. 142, confirmava e tornava norma positiva o acordo:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (Brasil, 1988).

Daí que, segundo uma concepção qualquer da lei e da ordem, já que tal artigo constitucional não é taxativo, não elenca critérios e nem situações, senão genéricas, e quaisquer dos poderes (executivo, legislativo e judiciário) podem requerer a intervenção das forças armadas, em caso de considerar que a lei e a ordem ou a garantia dos poderes constitucionais corram quaisquer riscos. No mundo da disputa política, entretanto, há interpretações constitucionais de ultradireita que, estando todos os poderes impedidos pela desordem e pelo caos, as forças armadas surgem, autônomas, como garantidoras dos poderes

institucionais, ainda que não solicitada por inviabilidade absoluta. Essa interpretação, mais conservadora e saudosa do regime militar, foi subliminarmente uma das referências eleitorais vinculadas à candidatura do ex-militar e ultra-conservador Jair Bolsonaro à Presidência da República.

Se a esquerda de base marxista, de forma geral, abraça a conciliação, não é diferente o que ocorre entre os chamados “autênticos” (democratas burgueses), que, saindo do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), fundam o Partido Social-Democrata Brasileiro (PSDB), cujo programa, escreve Fernando Henrique Cardoso, adota a linha não revolucionária, fruto da divisão dos sociais-democratas em duas correntes, o que significa assumir uma posição diante das diferenças: “Social-democracia significa mudanças com liberdade. Se por revolução se entende mudança do regime político e social por meio da violência, a social-democracia não é, decididamente, um movimento revolucionário” (Cardoso, 1990, p. 8), e, em virtude do conflito entre capital e trabalho, “a social-democracia não quer acirrar as lutas de classes. Ela simplesmente reconhece que essas lutas existem na mesma medida em que existem desigualdades injustificáveis e exploração dos trabalhadores na sociedade” (Cardoso, 1990, p. 9).

Mas há quem duvide, considerando a análise do percurso dos sociais-democratas brasileiros, que seja a questão ideológica o motivo da divisão e da fundação do partido, com o argumento de que os “autênticos” rejeitavam as alianças com a direita protagonizada pelo PMDB, sob a presidência de José Sarney, substituto de Tancredo Neves após sua morte. Nesse entendimento,

a origem do PSDB pode ser explicada com maior consistência por sua orientação mais pragmático eleitoral do que ideológica. Tratou-se da cisão de um grupo de deputados federais e senadores que acreditavam somente ter possibilidade de conquistar cargos no governo federal, principalmente a presidência da República, aproveitando-se do capital político acumulado pelo e no PMDB, mas por meio de outro partido. Nesse contexto, as lideranças peessedebistas apresentaram-se, na sua origem, com um discurso de centro-esquerda, diferenciando-se do governo José Sarney, do qual estavam excluídos, e da sua base de sustentação formada por parlamentares de centro-direita, filiados ao PMDB e PFL (Roma, 2002, p. 74).

Seis anos depois da fundação do partido, informa Roma (2002), o PSDB chega ao poder ancorado em uma ampla aliança com o centro e a direita, e ao mesmo tempo, reforma seu discurso adotando uma plataforma neoliberal, privatista e de flexibilização das leis trabalhistas, com forte teor desenvolvimentista, baseado na abertura do mercado nacional ao internacional. Note-se que, com o *impeachment* de Fernando Collor, eleito presidente contra Lula em 1989, Fernando Henrique assume o Ministério da Fazenda (1993–1994), congela e desindexa salários e produz as primeiras reformas do Estado em direção ao Estado mínimo, ainda contida, porque concorreria às eleições de 1994:

A estratégia eleitoral de Fernando Henrique era clara desde o início da campanha presidencial. Seu principal adversário, Luís Inácio Lula da Silva, do PT, que havia obtido 48% dos votos no segundo turno das eleições de 1989, contra Collor, levava uma boa vantagem inicial; contava com o apoio incondicional dos trabalhadores urbanos sindicalizados da indústria, dos serviços e da administração pública e era beneficiado pelo ambiente hiperinflacionário que vigorou até junho. Compreendendo que não teria muito a abocanhar na esquerda, Cardoso procurou a direita para articular uma ampla coligação de centro. Como candidato do Partido da Social-Democracia Brasileira – PSDB, Cardoso aliou-se ao Partido da Frente Liberal – PFL, de orientação conservadora, e ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB (Faucher, 1998).

A aliança do PSDB com a direita – e a conciliação por cima, já tradicionais na política brasileira –, antes criticada e alegada como motivo de saída do PMDB, favoreceu setores do chamado “centrão”, grupo fisiológico de direita que votava as propostas de qualquer governo em troca de benesses e cargos estratégicos na administração federal que lhes proporcionassem poder de reeleição e barganha, por um lado, e recursos para enriquecimento pessoal, alimentando a corrupção que já vinha sangrando os cofres públicos desde a ditadura militar, por outro. Não à toa, o governo de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, foi o que mais liberou a economia à influência internacional e o que mais, efetivamente, privatizou a economia: telefonia, portos, aeroportos, rodovias, metalurgias, refinarias, quer dizer, as empresas estatais foram entregues às empresas privadas (Rodrigues; Jurgenfeld, 2019; Modiano, 2000; Soares, 2004).

6 O EVANGELISMO POLÍTICO REACIONÁRIO E O GOVERNO DO PT

Em 1977 é fundada a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), neopentecostal, mas é a partir de 1986, sob a liderança carismática de Edir Macedo, que os neopentecostais produzem um plano de poder político, a partir da compra da emissora de rádio e televisão, a Rede Record, redobrando a influência no grupo de direita denominado de “Centrão”, tanto por sua capacidade de disseminação, quanto por ser um reduto eleitoral de fiéis fixo e certo. Com uma grande capacidade de marketing e conhecimento midiático, com estratégias de consumo de massa, a IURD tem rápida expansão. Segundo Wolfart e Junges (2010),

O sucesso nacional e internacional da IURD é inegável. É uma instituição com pouco mais de 30 anos (fundada em 1977), que atrai, para seus cultos, cerca de três milhões de pessoas, em uma estimativa considerada bastante baixa, e movimenta por volta de um bilhão de reais por ano em arrecadação. O sucesso da IURD dentro do campo religioso se deve a sua facilidade em atrair pessoas que percebem os seus lugares de culto como espaços de teatralização, de ritualização e de troca de dinheiro por bens simbólicos. A sua ação é tida por milhares deles como eficiente e eficaz para resolver os problemas práticos da vida cotidiana que afeta uma boa parte da população brasileira, tais como: doença, desemprego, conflitos pessoais e grupais, e assim por diante. Sociologicamente, a IURD oferece uma filosofia da prosperidade com um forte lastro religioso. Como instituição, ela é percebida, pelo menos nos depoimentos midiáticos dos que tiveram sucesso, como uma Igreja que oferece bons resultados e que justificam aos olhos deles a relação entre custo-e-benefício. A sua presença na mídia levou a uma estratégia de se tornar um império de comunicação social. Dezenas de estações de rádio e de televisão são de sua propriedade. Um eficiente esquema de eleição de deputados estaduais, federais e até de senador conseguiu uma visibilidade tão significativa que até mesmo o atual vice-presidente da República é um de seus simpatizantes. Milhares de pessoas atestam que a sua autoestima e esperança de vida melhoraram ao manterem contato com o “teatro”, “templo” e “mercado”.

Campos se refere ao Vice-Presidente da República José de Alencar, nos governos Lula (2003–2011). Não apenas Alencar, mas um conjunto de partidos e religiosos compuseram as bases de sustentação social e formal dentro do Congresso Nacional nos Governos Lula, com boa parte dos congressistas ligados ou aliados ao neopentecostalismo brasileiro e ao centrão,

Dos 15 partidos representados na Câmara, 11 apoiam o governo. Esse grupo reúne 376 deputados, ou cerca de 73% da Casa. São eles: PT (90 deputados, já considerada a recente expulsão dos três radicais), PMDB (77), PTB (52), PP (49), PL (43) PPS (21), PSB (20), PC do B (10 deputados), PSC (7), PV (6) e PSL (1) (Base [...], 2003).

O então deputado federal Jair Bolsonaro, entre 2003 a 2011, foi filiado a um partido da base do governo Lula, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (Schaffner, 2019), de 2003 a 2005, assim como Marco Feliciano, do Partido Social Cristão (PSC), pastor da Assembleia de Deus, fora base do governo petista de Dilma Rousseff. O crescimento da bancada religiosa na base do governo de esquerda relegou as pautas de costumes e identitárias a segundo plano e, quando apresentadas, tiveram de ser retiradas diante da feroz resistência dos grupos neo e pentecostais.

Com a eleição de Lula, e de Dilma em seguida, os governos petistas assumem compromissos com o capital. Populistas, distribuem alguns direitos aos miseráveis e os contrapõem aos trabalhadores organizados, ao mesmo tempo em que avançam na aplicação do neoliberalismo.

Parte da literatura especializada no tema ressalta o seguimento que o governo do Partido dos Trabalhadores deu às medidas neoliberais de seus antecessores (Coutinho, 2006). A principal continuidade estaria no tom em relação às variáveis macroeconômicas (Wiesehomeier, 2010; Power; Zucco, 2012). O argumento é o que se segue: 1) o governo petista honrou seus compromissos com o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e os outros credores da dívida pública do país, instituições que eram alvo de duras críticas do partido nos anos 1980, 2) prestou auxílio aos grandes latifundiários, em detrimento da reforma agrária defendida reiteradamente pelo PT durante seus primeiros anos de existência e 3) favoreceu as grandes empreiteiras e o setor privado com projetos de infraestrutura que capturaram a maior parte da receita do governo (Singer, 2010) (Ribeiro; Mendes, 2019, p. 165).

As reformas trabalhista e previdenciária exigidas pelo mercado, iniciadas no governo FHC, foram continuadas pelos governos da esquerda da ordem, se bem que mais lentamente e com menor perda para os trabalhadores. Ainda assim, correspondeu momentaneamente às expectativas do mercado, muito bem e grandemente representado na base congressual dos governos Lula e Dilma. Um exemplo está na lista de partidos de apoio no Congresso Nacional citada, em que PSL, PSC, PTB, PP, PL e PMDB representam o empresariado urbano e rural, com espectro político da ultradireita para o centro-direita. Isso sem considerar o PSB, o PPS e o PV como partidos de centro, mais do que centro-esquerda, restando apenas o PT e o Partido Comunista do Brasil-PCdoB como de centro-esquerda ou, se quiser, esquerda da ordem.

7 NEGOCIAÇÃO E REFORMAS SOCIAIS

Essas alianças por cima implicaram dificuldades por baixo. A reforma agrária andou comparativamente bem mais lenta nos governos petistas somados, com exceção do primeiro mandato de Lula, do que nos Governos de FHC, como mostram os dados colhidos no INCRA (2019) e na DATALUTA (2017) e nas análises realizadas por Cattelan, Moraes e Rossoni (2020, p. 142):

entre 1995 e 2018, as principais características são o aumento das ações para programas de reforma agrária no primeiro mandato FHC e redução no segundo. Esse fato também é válido para os dois mandatos de Lula, contudo o primeiro mandato de Lula foi o que mais assentou famílias, que apresentou as maiores áreas para assentamentos e o maior número de projetos.

A expectativa de que os compromissos com a luta agrária dos pobres do campo redundassem em maior ação governamental de desapropriação de terras nos governos do PT logo transformou-se em decepção e desesperança: “os movimentos sociais que por muito tempo haviam apoiado a candidatura de Lula e que se alinhavam à ideologia do PT, passaram a criticá-los pela falta de ações, pelas promessas não cumpridas, dentre outras frustrações que foram características desse governo” (Cattelan; Moraes; Rossoni, p. 154).

Mostram também os autores que houve crescimento das ocupações de terras no governo FHC e no primeiro governo Lula e flagrante diminuição das ocupações no governo Dilma. A propósito, “Em 2015, o governo Dilma não

havia realizado nenhuma desapropriação. Com um cenário de *impeachment* próximo, em abril de 2016 a então presidente assinou 21 decretos de desapropriação, num total de 35 mil hectares, numa tentativa de reaproximação com os movimentos sociais” (Cattelan; Moraes; Rossoni, 2020, p. 155).

O resultado político da acanhada reforma social e da política desenvolvimentista foi a perda de apoio das classes médias que, acossada pela ascensão das classes populares ao consumo de bens e serviços antes exclusivos das classes médias e altas e pelas estratégias da direita de culpabilização do PT, de seus dirigentes e dos presidentes Lula e Dilma, acusados de corrupção, viraram as costas para o governo.

De outro lado, o governo da esquerda da ordem já não poderia contar com a ação das classes trabalhadoras para sua proteção e defesa, tal a desorganização e confusão entre os trabalhadores, cujas entidades sindicais comprometiam-se com o governo e negociavam suas demandas a partir de uma política de negociação tripartite, governo-empresário-trabalhador, o que causou desilusão na luta sindical, possivelmente devido ao choque entre interesses dos trabalhadores e às políticas governamentais de pêndulo que, ao favorecer o trabalhador em um quesito, ampliava e aprofundava a acumulação de riqueza das classes burguesas (Petras; Veltmeyer, 2003).

8 O FIM DA TRANSIÇÃO: A RUPTURA DO MOVIMENTO SOCIAL À ESQUERDA

As “Jornadas de Junho” significavam um fim à transição negociada entre as elites. De outro lado, por cima, militares e parte da classe burguesa buscam se aproveitar do movimento social de ruptura com as instituições. Rompem à direita com a transição e ameaçam com a ruptura da ordem democrática. A frustração política popular com o governo da esquerda da ordem, nomeadamente com as reformas trabalhistas e previdenciárias, levanta as vozes das ruas. Isolado, o governo de Dilma fica refém do parlamento conservador.

A explosão das ruas nas “Jornadas de Junho”, de 2013, soma o desejo de radicalização contra o capital e a incapacidade governamental de levar adiante as demandas populares, na medida em que os limites da ação governamental têm relação direta com os acordos com os blocos conservadores. Os partidos da esquerda assumem a defesa da ordem e se colocam à direita do espectro popular de 2013, que anunciava os limites políticos das reformas e das legalidades. Os

futuros acontecimentos dariam razão aos rebeldes; Dilma é derrubada em 2018. Ao mesmo tempo em que a esquerda da ordem fazia um discurso confuso de golpe, participava das votações do *impeachment* e obedecia ao sistema legal com receio da ruptura institucional, a direita reverberava a traição à população e associava o governo às corrupções. A ruptura das alianças por cima entre Judiciário, o Parlamento e a burguesia nacional levaram à prisão de Lula, com a complacência criminosa da imprensa escrita, falada e tecnológica, o que desnorteou a base eleitoral de apoio dos petistas que, confundida pela legalidade, implicou baixa adesão dos populares à luta pela manutenção do governo reformista social.

A partir de 2015, com a presença de agentes sociais fora do campo organizacional tradicional, através da web e com diversificadas plataformas políticas, o movimento “Não vai ter Copa” ganha as ruas e recupera 2013:

Já não havia um centro nem um representante, e os cartazes e faixas multiplicaram-se nas ruas, contra a corrupção, em favor do SUS e da educação pública (‘Enfia esses 20 centavos no SUS’), pela radicalização da democracia, e chegando ao limite de contrariar o grande símbolo nacional do futebol nos gritos e cartazes de ‘Não vai ter Copa’” (Teixeira, 2018).

Coletivos independentes, autônomos e horizontais tomam o lugar da CUT, dos Sindicatos, das Igrejas e das Associações de Bairros. Lideranças compartilhadas e não verticais contestam a ordem e rejeitam a participação na tradição político-institucional da esquerda da ordem (Perez, 2019).

Sem opção política e popular, na medida em que se compromissava com a ordem, o governo de centro-esquerda de Dilma Rousseff sucumbiu no Congresso e acionou com sua queda todo o discurso anticorrupção que daria a tônica dos movimentos fascistas ou profascistas e religiosos evangélicos fundamentalistas que avançariam sobre o poder político e as instituições democráticas a partir da Teologia do Domínio^[4]. Concomitantemente, os linhas duras das Forças Armadas, herdeiras de Sílvio Frota, deixam a discrição de lado e se posicionam publicamente em defesa da ditadura e ameaçam a ordem democrática, fazendo com que todo espectro político-institucional se reposicionasse.

9 A ULTRADIREITA E O FIM DA TRANSIÇÃO NEGOCIADA

É tradição da ultradireita e do fascismo elaborar um discurso antissistema e se posicionarem como defensores da ordem autoritária como saída para instituições corrompidas. Nesse sentido, o discurso que associa o Partido dos Trabalhadores à corrupção traz consigo todo espectro institucional e partidário, vinculando os males sociais às elites corrompidas, antinacionais e, aqui no Brasil, anticristão. Com a facilidade de acesso à tecnologia digital comunicacional individualizada e de massas, a ultradireita sai do anonimato e se aventura nos movimentos de rua. À sombra das “Jornadas de Junho”, ataca as instituições e se aproveita do desencanto de parte da população pobre com os limites das políticas públicas e com a política econômica liberal efetivada pelos governos da esquerda institucional, que claramente tinha chegado ao limite das reformas sem choque com o grande empresariado.

A ultradireita, associada ao neopentecostalismo contra as pautas identitárias (feminismo, homoafetividade, aborto, família etc.), surge como alternativa social e política de massas às elites corruptas. O neopentecostalismo cresce a partir dos anos setenta e será a base popular da ascensão do discurso de pautas subjetivas conservadoras da ultradireita, que associa religiosidade (Estado não laico), corrupção e moralismo conservador à violência epidêmica (apoiando a pena de morte extralegal aos bandidos e corruptos através das milícias urbanas e rurais).

Com o eclipse da Teologia de Libertação, os católicos nacionais se afastam dos movimentos populares, vendo enfraquecer as comunidades eclesiais de base, as pastorais (operária, da criança, da terra, entre outras) no governo do Papa Bento XVI (Vasconcelos, 2005). Assim, não tendo os carismáticos católicos a mesma inserção entre os pobres, os católicos abrem caminho ao pastoreio evangélico, nomeadamente os neopentecostais. Para uma noção do real significado político desse movimento, o Censo de 1980 mostra que os católicos eram 89% da população e, na década de 1970, 91,8% (IBGE, 2010). As projeções para 2030 mostram os evangélicos com 40% da população, enquanto os católicos decaem para 38,5%, segundo Cardoso e Miranda (2020). Já em 2016, os evangélicos somaram 42,2 milhões de adeptos. Destes, 25,4 milhões são pentecostais, e, numa pesquisa do Instituto DataFolha, citada por Cardoso e Miranda (2020), o número sobe em 2017 para 58,8 milhões de evangélicos.

Particularmente os pentecostais e neopentecostais, mais tradicionalistas no campo dos costumes, diante da crise social, política, ideológica, da violência e da corrupção dos costumes tradicionais, perceberam os valores cristãos como luta política diante da ascensão das subjetividades de gênero, elevadas à categoria de políticas públicas de igualdade, politizando-se o evangelho à direita, propondo a seus adeptos apoiar candidatos e partidos que tivessem como base os valores “cristãos”, antídoto para todos os males que as sociedades apresentavam (Selmán, 2019).

Com a estratégia voltada contra as elites, Bolsonaro, ligado às milícias e obediente ao comando militar, tornou-se o candidato e depois o presidente antissistema democrático. Michele Bolsonaro, evangélica e conservadora, faz a liga entre os militares e o neopentecostalismo, unindo o discurso antissocialista à moralidade, à Teologia da Prosperidade e do Domínio através de um governo uno e forte, que tem nas elites do sistema democrático, na tripartição dos poderes, seus inimigos que impedem o desenvolvimento de uma política vinculada à família, à tradição e à propriedade. O resultado foi um país dividido entre o conservadorismo e o humanismo positivista.

A esquerda da ordem, apesar de manter substancial apoio eleitoral, perdeu seu poder de mobilização, em razão não somente dos ataques jurídicos e midiáticos, como também da crise das organizações sociais tradicionais, acossadas pela desconfiança popular e pela perda da autonomia organizacional, além das dificuldades no uso das novas tecnologias e dos aplicativos da rede mundial de celulares e computadores.

Esse caldeirão político mixou novas tecnologias de comunicação virtual via web e celular com o enfraquecimento e questionamento das estruturas sindicais, com descrença nos partidos políticos e nas instituições do Estado, com o aumento da miserabilidade e a periferização dos trabalhadores e dos explorados, e com os limites e contradições das políticas de inclusão social via consumismo dentro de uma estratégia de desenvolvimento e modernização que descuida das novas características da empregabilidade que tornam várias profissões obsoletas.

Por outro lado, a burguesia exige a flexibilização dos direitos trabalhistas, e a precarização do trabalho é sua consequência. A implementação da automação no campo e o aumento da robotização e da informatização das fábricas e empresas, dos serviços, dos bancos, do comércio e do setor público implicaram

grave crise estrutural de emprego e das condições de vida no capitalismo globalizado brasileiro, aprofundado ainda mais pela aplicação da receita neoliberal, com enfraquecimento dos sistemas estatais de educação, segurança pública, assistência social e saúde e das leis trabalhistas, cuja pandemia do COVID-19, no primeiro semestre de 2020, veio visibilizar de forma dramática.

Dessa forma, a direita burguesa da ordem, diante de um discurso da ultradireita contra todo o *establishment*, que a incluía, não conseguiu organizar outra alternativa senão apoiar as teses da ultradireita, que já havia incorporado ao jogar todas as suas cartas políticas na derrubada do governo da esquerda da ordem, sem uma alternativa eleitoralmente viável.

Bolsonaro surge como catalisador de parte da população que via na corrupção política partidária e do Estado, mas também na violência, os resultados das perdas dos valores morais e cristãos.

É difícil dizer, apesar das pesquisas, que Lula tivesse fim diferente de Haddad nas eleições presidenciais de 2018 e lograsse vencer Bolsonaro no segundo turno, embora fosse possível vencê-lo no primeiro turno. Seja como for, a indiferença da maioria dos trabalhadores envolveu uma alta taxa de abstenção eleitoral. No segundo turno, as abstenções chegaram a 31.370.372, 21,3% do eleitorado brasileiro, sendo 2.486.571 (2,14%) de votos em branco e 8.607.999 (7,43%) de votos nulos. São 42.464.942 de eleitores que deixaram de votar em um dos candidatos ou sequer foram às urnas, em um país de voto obrigatório. São praticamente os mesmos números de abstenção, brancos e nulos do primeiro turno eleitoral, demonstrando que, pelo menos, um terço dos eleitores brasileiros rejeitava todos os candidatos ou o processo eleitoral em si (Brasil, 2022).

O processo eleitoral, assim como o *impeachment* de Dilma Rousseff e as decisões judiciais sobre Lula tiveram a interferência explícita das FFAA, dos generais e comandantes que saíram a público ameaçando intervenção, caso as decisões dos tribunais não fossem de acordo com os “sentimentos da nação”, representados pelos postos mais altos das FFAA.

A consequência política desse movimento de ultradireita foi a ampliação das alianças da esquerda institucional com os setores burgueses nas eleições de 2022, e,

quando surge uma ultradireita com apoio de massas e com representantes no centro de poder do Estado, todo espectro político se move e é reposicionado. A direita passa à posição de centro-direita, cedendo seu lugar à direita para a ultradireita que surge como a “nova direita”. Dessa forma, também se reposicionam todo restante do espectro político à esquerda, indo para o centro, que reveem seus posicionamentos para incluir como central a defesa da lei e da ordem constitucional, dos mecanismos sociais e políticos de controle, inclusive a defesa do sistema militar, policial e carcerário (Rodrigues, 2020).

Esse pressuposto demonstra que a força dos acordos e dos compromissos praticados entre as forças políticas civis e as militares para uma transição democrática lenta e gradual permanece incólume.

A vitória do governo de Bolsonaro, 2019–2022, mesmo com um governo desastroso diante dos olhos dos próprios militares, não sofreu nenhum tipo de apossamento em sua integridade gerencial e política, senão limitações e manobras legais que dessem corretivos às políticas e aos posicionamentos perigosos socialmente, como foram os casos da política social de armamento da população para resolver as graves questões de segurança pública nacional, política bolsonarista que teve como primeira fase a militarização da segurança pública nas favelas efetivada pelo governo Lula, como afirmaram Petras e Veltmeyer (2003, p. 31): “O regime de Lula aumentou os poderes da polícia e, em maio de 2004, militarizou as principais favelas do Rio de Janeiro”. Nesse cenário, “As prisões estão superlotadas e os tumultos são frequentes, pois a repressão aumenta a taxa de encarceramento, mas não reduz a taxa de criminalidade” ou, como foi flagrante, o negacionismo bolsonarista no “combate” à pandemia do COVID-19. Já as suas pautas econômicas foram amplamente apoiadas no Congresso Nacional, com pequenas alterações, votando-se o que era essencial^[5].

A ultradireita brasileira, ao conquistar o poder político do Estado, ao contrário de seus pares ultranacionalistas internacionais, foi antinacionalista – capacho de Trump (EUA) – e liberal, do ponto de vista econômico, e, do ponto de vista político interno, foi tão autoritária quanto incompetente e quis a ruptura dos acomodamentos políticos efetivados nos antigos acordos entre militares e civis para dar fim à interminável transição democrática.

Por essa razão, a ultradireita surgiu como ruptura da ordem para manter a ordem, ou melhor, para voltar à ordem da caserna. Não se trata apenas da ordem democrática, mas, de quebra, da cera que selou a carta da transição. Seu discurso é de ruptura com as instituições da democracia burguesa. À burguesia serve melhor um regime autoritário, que defina leis e reformas a seu bel prazer, que negue existência aos contrapesos do Estado moderno e da democracia burguesa e mantenha ataque ao perigo representado pela imaginária rebelião popular e mesmo a esquerda da ordem do que algo assemelhado a anarquistas ou aos primeiros bolchevistas russos. Para a burguesia brasileira, anarquistas e comunistas radicais, de fato, comem criancinhas no almoço.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da insistente situação eleitoral plebiscitária, a esquerda da ordem busca ampliar alianças no campo da burguesia. A intenção é diminuir a tensão social entre as classes, evitar que os militares caiam no canto da sereia da ultradireita e rompa com os acordos que ensejaram a transição democrática e a tutela militar sobre a democracia.

No entanto, ainda que o PT e o Lula não representem nenhum perigo social, a cisão nacional entre esquerda e direita pode recolocar as classes sociais em movimento bélico. Situações parecidas com as de 2013 (as “Jornadas de Junho”) não são bem-vindas, porque tornam-se incontroláveis. Esse é um dos motivos para setores estáveis no poder político e econômico insistirem e não desistirem de construir uma terceira via entre Bolsonaro e Lula no futuro.

Depois do fiasco da ultradireita no poder, a burguesia mais esclarecida percebe também que a ruptura com os acordos de transição pode causar mais danos do que benefícios para seus negócios e criar situações de fissura entre os que comandam e os que são comandados.

A esquerda da ordem parece concordar com a avaliação burguesa e faz movimentos para retomar a aliança de classe por cima. Pelo visto, a ruptura com antigos acordos está longe de pertencer aos interesses da esquerda e, para a burguesia, mantê-los é também se manter no comando. Caso contrário, se obrigados por ações revolucionárias, os burgueses cerrariam fileiras com a ruptura da ordem constitucional. Melhor perder os dedos (a democracia) do que os anéis (a riqueza).

No entanto, a insistência militar em manter indefinidamente a transição democrática burguesa sob sua tutela não terá fim enquanto a própria esquerda for dela refém. A ameaça totalitária que paira sobre os rumos da democracia e da sociedade brasileira denota submissão dos setores partidário populares aos interesses dos homens armados que, mesmo da caserna, “protegem os interesses e a ordem do Estado brasileiro”, leia-se interesses da burguesia brasileira e os interesses norte-americanos, definidos na privatização do Pré-Sal e na manutenção do Brasil como sua força auxiliar na América Latina e do Sul, motivos suficientes para tornar o Brasil seu satélite e para impedir quaisquer tentativas de insubordinação, ainda que pequenas, àqueles interesses econômicos e sociais.

O movimento social e popular guindado à condição de apoio eleitoral e suplicante por reformas estatais vindas de cima não é, ainda, capaz de apresentar uma alternativa de luta política que fuja à transição lenta, gradual e segura definida pelos militares, apesar de 2013.

A redefinição dos espaços públicos e privados pela via das tecnologias comunicacionais abre-se para um movimento bipolarizado contrário à organização popular, porém pode mudar significativamente, em médio prazo, em razão de novos movimentos também serem facilitados pelos novos meios comunicacionais.

Enquanto isso, o Brasil seguirá no caminho esburacado de uma esquerda oficial sem ambições revolucionárias ou rebeldes e nas trilhas sinuosas de uma burguesia nacional dependente do Estado, amarrada aos militares e temerosa de qualquer sinal de igualdade social, mesmo a meramente formal ou insignificante, ainda que o espectro de uma ultradireita, que veio pra ficar, surja como um fantasma na ópera, assustando os espectadores. Parafraseando Quincas Borba, “ao povo, as batatas!” (Assis, 1994).

REFERÊNCIAS

ANGELO, Vitor Amorim de. The Dictatorship and its Legacy. Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil (Military dictatorship, the armed left and the social memory in Brazil). *In*: BRASA CONGRESS, 11., 2012, Urbana. *Anais* [...]. Urbana: University of

- Illinois at Urbana-Champaign, 2012. Disponível em: <https://www.ime.usp.br/~abe/lista/pdfSFAuSaJ4Tj.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2024.
- ASSIS, Machado. Quincas Borba. In: ASSIS, Machado. *Obra Completa*. v. 1, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- AVELINE, João (dir.). *Voz da Unidade*. São Paulo: Órgão Central do PCB, 1984. Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/7828/acervo/detalhe/1172?guid=1615417622856&returnUrl=/terminal/7828/resultado/listar?guid=1615417622856&quantidadePaginas=1&codigoRegistro=1172##1172&i=5>. Acesso em: 4 fev. 2024.
- BALELAS de Figueiredo. *Tribuna da Luta Operária*, ano V, n. 163. São Paulo-SP, abr. 1984. Disponível em: <https://cdm.grabois.org.br/periodicos/tribuna-da-luta-operaria-287/>. Acesso em: 24 dez. 2023.
- BASE do governo Lula na Câmara infla em 2003. *Folha de S.Paulo*, 30 dez. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u56811.shtml>. Acesso em: 4 fev. 2024.
- BOITO JUNIOR, Armando; NORONHA, Eduardo; RODRIGUES, Iram Jácome; RODRIGUES, Leôncio Martins; NOVAES, Regina Reyes. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BRANDÃO, Marco Antonio. *O socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores: a história de uma utopia (1979–1994)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2003. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=QtZLhkqbu3wC&printsec=frontcover&hl=pt-BR##v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 2 dez. 2023.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 jan. 2024.
- BRASIL. *Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000*. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, DF: Presidência da

República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm. Acesso em: 02 fev. 2022.

BRASIL. Ministério Público Federal (MPF). *Crimes da ditadura militar*. Brasília: MPF, 2017. (Série relatórios de atuação, 2).

(<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antecedentes/eleicoes-antecedentes>). TRIBUNAL)Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Eleições anteriores*. Brasília, DF: TSE, 2022. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antecedentes/eleicoes-antecedentes>. Acesso em: 12 dez. 2023.

CARDOSO, André; MIRANDA, Fábio. *O crescimento pentecostal e os desafios para o campo popular*. São Paulo: Tricontinental, 2020. Disponível em: <https://www.thetricontinental.org/pt-pt/brasil/o-crescimento-pentecostal-e-os-desafios-para-o-campo-popular/>. Acesso em: 4 fev. 2024.

CARDOSO, Fernando Henrique. *A social-democracia: o que é, o que propõe para o Brasil*. 1. ed. São Paulo, 1990.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes de; ROSSONI, Roger Alexandre. A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995–2019). *Revista NERA*, v. 23, n. 55, p. 138–164, set./dez. 2020.

COMPARATO, Bruno Konder. Memória e silêncio: a espoliação das lembranças. *Lua Nova*, São Paulo, n. 92, p. 145–176, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/j8gsx3HvjpytTBxtkhNmYVP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 4 fev. 2024.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. (Biblioteca básica).

DEL PORTO, Fabíola brigante. A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a constituição da sociedade civil e a construção da cidadania. *Revista Perseu*, n. 3, ano 3, 2009. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/169/132>. Acesso em: 4 fev. 2024.

- DEL ROIO, Marcos. Tempos de ditadura militar: resistência e cultura. *In: CICLO DE DEBATES*, 1., 1997, Marília. *75 anos do Partido Comunista no Brasil*. Marília: UNESP, 1997.
- FAUCHER, Philippe. Restaurando a governabilidade: o Brasil (afinal) se acertou?. *Dados*, v. 41, n. 1, 1998. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581998000100001>. Acesso em: 4 fev. 2024.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FERNANDES, Florestan. *Nova República?* Rio de Janeiro: Zahar, 1986a.
- FERNANDES, Florestan. *O significado do 16 de abril*. *Revista Perseu*, n. 3, p. 122–125, 2009. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/171/134>. Acesso em: 4 fev. 2024.
- FERNANDES, Florestan. *Que tipo de República?* São Paulo: Brasiliense, 1986b.
- FON, Antonio Carlos. A greve dos bancários. *Jornal da República*, São Paulo, 17. ed., 14 set. 1979. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=194018&pagfis=289&url=http://memoria.bn.br/docreader###>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2010: amostra Religião*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22107?detalhes=true>. Acesso em: 4 fev. 2024.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2003.
- GREVE. *In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro-RJ: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/greve>. Acesso em: 7 fev. 2024.

- HOLLOWAY, John. O estado e a luta cotidiana. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 1461–1499, 2019. DOI: 10.1590/2179-8966/2019/38092.
- HUR, Domenico Uhng. Memórias da guerrilha: construção e transformação. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 311–320, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822013000200008&lng=en&tlng=pt. Acesso em: 8 jan. 2024.
- LEONI, Ricardo. Em foco: greve dos bancários. *In: ACERVO o Globo*. Rio de Janeiro, 16 set. 2004. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/greves-dos-bancarios-17764221>. Acesso em: 2 fev. 2024.
- MARANGONI, Gilberto. Anos 1980, década perdida ou ganha? *Revista Desafios do Desenvolvimento*, São Paulo, ano 9, 72. ed., 15 jun. 2012. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 10 nov. 2023.
- MATO GROSSO. Secretaria de Fazenda. *Senado aprova projeto para incentivar regularização de dívidas tributárias; descontos de 90% em juros*. Cuiabá-MT: 06 ago. 2021. Disponível em: <http://www5.sefaz.mt.gov.br/-/17678002-senado-aprova-projeto-para-incentivar-regularizacao-de-dividas-tributarias-descontos-de-90-em-juros>. Acesso em: 02 fev. 2022.
- MEDEIROS, Josué. As dimensões das comissões de fábrica na história do sindicalismo brasileiro: um estudo de caso sobre a democracia operária na ASAMA. *Revista Mosaico*, Goiânia, v. 4, n. 6, 2013.
- MODIANO, Eduardo Marco. Um balanço da privatização nos anos 90. *In: PINHEIRO, Armando Castelar; FUKASAKU, Kiichiro (ed.). A privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública*. Rio de Janeiro: BNDES, 2000. p. 321–327.

- NAÇÃO alerta para garantir Tancredo na presidência. *Tribuna da Luta Operária*, ano VI, n. 193, 12 nov. 1984. Disponível em: <https://cdm.grabois.org.br/periodicos/tribuna-da-luta-operaria-260/>. Acesso em: 28 jan. 2024.
- NAPOLITANO, Marcos. A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968–1981). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 103–126, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100005>. Acesso em: 4 fev. 2024.
- PEREIRA, Fabrício. Utopia dividida: a crise do PCB (1979–1992). *Revista História Oral*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 63–92, jan./jun., 2007.
- PEREZ, Olívia Cristina. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. *Opinião Pública*, Campinas, v. 25, n. 3, p. 577–596, 2019.
- PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. Whither Lula’s Brazil?: neoliberalism and “Third Way” Ideology. *The Journal of Peasant Studies*, v. 31, n. 1, p. 1–44, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1080/0306615031000169116>.
- PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Tradução de Mônica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- PIOVESAN, Eduardo. Câmara aprova projeto de autonomia do Banco Central. In: AGÊNCIA Câmara de Notícias. Brasília, 10 fev. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/727367-CAMARA-APROVA-PROJETO-DE-AUTONOMIA-DO-BANCO-CENTRAL>. Acesso em: 24 jan. 2024.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- PRADO JR., Caio; FERNANDES, Florestan. *Clássicos sobre a Revolução Burguesa no Brasil*. São Paulo: Edições Populares, 2000.
- REIMÃO, Sandra. “Proíbo a publicação e circulação...”: censura a livros na ditadura militar. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 75–90,

2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/L7cPdmb4GHCSrmTbYkmxNvF/>>. Acesso em: 24 jan. 2024.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964–1984*. Londrina: Eduel, 2013. Livro digital.

RIBEIRO, Pedro Feliú; MENDES, Amanda Silva. Ideologia e discurso: o posicionamento do Partido dos Trabalhadores na oposição e no governo. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 28, p. 161–194, jan./abr. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/8jhv873jgbKLM3ZrK7bmn6L/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2024.

ROCHA, Antônio Sérgio. Genealogia da constituinte: do autoritarismo à democratização. *Lua Nova*, São Paulo, n. 88, p. 29–87, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/VSNRN6Ct88qpV9jzgnbRgsx/>>. Acesso em: 8 jan. 2024.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes; JURGENFELD, Vanessa Follmann. Desnacionalização e financeirização: um estudo sobre as privatizações brasileiras (de Collor ao primeiro governo FHC). *Economia e Sociedade*, v. 28, n. 2, p. 393–420, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3533.2019v28n2art05>>. Acesso em: 8 jan. 2024.

RODRIGUES, Clayton Emanuel. *As tecnologias de poder e as transformações do Eu*. 2022. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2022.

RODRIGUES, Clayton Emanuel. O vírus da discórdia: ciência, técnica e a pandemia no debate político. In: CONVERGÊNCIA. [S. l.], 22 abr. 2020. Disponível em: <<https://convergenciabloco.wordpress.com/2020/04/22/o-virus-da-discordia-ciencia-tecnica-e-a-pandemia-no-debate-politico/>>. Acesso em: 23 fev. 2024.

ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 71–92, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200006>>. Acesso em: 4 fev. 2024.

- SALES, Jean Rodrigues. Entre a revolução e a institucionalização: a participação eleitoral do PC do B na história recente do Brasil. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v. 21, n. 42, p. 241–260, 2008.
- SCHAFFNER, Fábio. Oito partidos em nove mandatos: a maratona partidária de Jair Bolsonaro. *Jornal Zero Hora*, 09 out. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/10/oito-partidos-em-nove-mandatos-a-maratona-partidaria-de-jair-bolsonaro-ck1jow3v004ku01n3w78e0ij3.html>. Acesso em: 4 fev. 2024.
- SELMÁN, Pablo. *O crescimento dos evangélicos*. Buenos Aires: Nueva Sociedad, 2019. Edição impressa. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/588669-quem-sao-por-que-eles-crescem-no-que-eles-creem-pentecostalismo-e-politica-na-america-latina>. Acesso em: 18 dez. 2023.
- SENADO vai implantar o Programa Jovem Aprendiz. *In*: AGÊNCIA Senado. Brasília DF, 06 fev. 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/02/06/senado-vai-implantar-o-programa-jovem-aprendiz->. Acesso em: 8 dez. 2023.
- SILVA, Marco Antônio. *A última revolução: o governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, 1959–1963*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6308/2/474714 - Texto Completo.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2024.
- SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (APEOESP). *História*. São Paulo-SP: APEOESP, 2021. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/o-sindicato/historia/>. Acesso em: 12 dez. 2023.
- SOARES, Pedro. *Brasil privatizou 165 empresas entre 1990 e 2002*. São Paulo-SP: CUT-CE, 21 dez. 2004. Disponível em: <https://ce.cut.org.br/noticias/pais-privatizou-165-empresas-entre-1991-e-2002-83a1>. Acesso em: 18 fev. 2024.

- TANCREDO sai na frente no Colégio. *Tribuna da Luta Operária*, ano VI, n. 191, p. 1, 29 out. 1984. Disponível em: <https://cdm.grabois.org.br/periodicos/tribuna-da-luta-operaria-262/>. Acesso em: 22 dez. 2023.
- TEIXEIRA, Daniel Bustamante. As jornadas de junho de 2013 e a crise da democracia. *Revista IHU on-line*, Porto Alegre, n. 524, 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/188-noticias/noticias-2018/580737-as-jornadas-de-junho-de-2013-e-a-crise-da-democracia>. Acesso em: 4 fev. 2024.
- TRIBUNA da Luta Operária 163. In: PORTAL Grabois. Disponível em: São Paulo-SP, 16 abr. 1984. <https://cdm.grabois.org.br/periodicos/tribuna-da-luta-operaria-287/>. Acesso em: 4 fev. 2024.
- VASCONCELOS, Frederico. Papa silenciou progressistas brasileiros. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 10 abr. 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1004200509.htm>. Acesso em: 4 fev. 2024.
- VASCONCELOS, Frederico. Papa silenciou progressistas brasileiros. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 10 abr. 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1004200509.htm>. Acesso em: 12 dez. 2023.
- WOLFART, Graziela; JUNGES, Márcia. IURD: teatro, templo e mercado. *IHU On Line: Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo-RS, 329 ed., 17 maio 2010. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3213-leonildo-silveira-campos-2>. Acesso em: 26 fev. 2024.
- ZAVERUCHA, Jorge. A tutela militar restaurada. *Lua Nova*, n. 3, v. 1, p. 19–21, 1986. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451986000200004>. Acesso em: 8 mar. 2024.